

## **A INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM PROL DO BEM ESTAR SOCIAL**

**Francelle Brod Cruz**<sup>1</sup>  
**Larissa de Lima Trindade**<sup>2</sup>  
**Leonardo Rolim da Silva Figueró**<sup>3</sup>  
**Mônica Denardin**<sup>4</sup>  
**Rodrigo Friedrich**<sup>5</sup>  
**Gilberto Brondani**<sup>6</sup>

### **RESUMO**

Nos dias atuais, além da preocupação com a continuidade das empresas, a informação contábil vem enfrentando novos desafios, tais como: a questão ambiental e as causas sociais. Não se deve tratar o sistema de informação contábil de forma isolada, mas de forma holística e sistêmica. Neste contexto encontram-se os usuários internos e externos da informação contábil. Isto vem acontecendo nas últimas décadas. A sociedade passa a pensar de forma mais sistêmica, ou seja, os atos praticados por uma pessoa ou um determinado grupo influenciam, de forma direta ou indireta, o convívio social de forma geral. Tendo em vista esses acontecimentos, tornou-se imperativo que as entidades atentassem para a questão da responsabilidade social.

**Palavras-chaves:** Informação contábil, Balanço Social e Responsabilidade social.

### **1. INTRODUÇÃO**

Ultimamente, na contabilidade, destaca-se como um tema bastante emergente e atual, a relação que há entre a ciência contábil e as questões de

1 Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UFSM, e-mail: cellecruz@bol.com.br

2 Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UFSM, e-mail: laritrin@yahoo.com.br

3 Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UFSM, e-mail: leocosby@yahoo.com.br

4 Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UFSM, e-mail: mdenardin@cvim.com.br

5 Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UFSM, e-mail: rodrigu@pop.com.br

6 Professor do Curso de Ciências Contábeis da UFSM, E-mail: brondani@ccsh.ufsm.br

cunho social, por meio da divulgação de informações geradas a partir de dados sobre as atividades das entidades inseridas neste contexto.

Este trabalho tem por objetivo demonstrar a importância das informações geradas pela contabilidade em favor da sociedade analisando de forma mais específica o desenvolvimento da informação gerada pela contabilidade, o relacionamento do sistema contábil com os seus usuários e a responsabilidade social que tem a ciência contábil.

Buscando atingir tal objetivo, utilizar-se-á uma abordagem descritiva feita a partir de pesquisas bibliográficas de obras ligadas ao assunto, para tentar responder algumas questões como a importância das informações contábeis para o bem-estar social, se as práticas atuais estão sendo eficazes para atender os anseios da sociedade, se os usuários externos (sociedade como um todo) estão recebendo a devida atenção, se o que está sendo e o que poderia ser aperfeiçoado para tornar mais transparente e eficaz as informações contábeis.

## **2. DESENVOLVIMENTO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL**

A contabilidade acompanha a sociedade desde a sua forma mais primitiva e, à medida que esta se desenvolvia aquela ganhava cada vez mais importância na vida do ser humano.

Segundo Sá (1997, p.15), “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

Ainda nos tempos mais remotos, o homem, de forma rudimentar, já adotava métodos para obter informações visando o controle de suas riquezas.

Esta informação primitiva era exposta, em grande maioria, em pedras ou nas rochas das cavernas. Muitos arqueólogos confundiram tais informações com obras artísticas, pois, algumas apresentavam figuras de animais que na essência do fato poderia ser o objeto de controle.

Com o advento da escrita a informação contábil iniciou um processo de expansão cada vez mais crescente, pois, a possibilidade de utilização de símbolos uniformes ajudava a compreensão de um número cada vez maior de

peças. A contabilidade seguia os passos do desenvolvimento da sociedade com o surgir das grandes civilizações como: Mesopotâmica, Egípcia, Hebraica, Fenícia, Persa, e, posteriormente, Grega e Romana.

O grande avanço do desenvolvimento da informação contábil se deu com o advento da Revolução Industrial em meados do século XVIII. O grande avanço tecnológico ocorrido naquela época promoveu uma transformação considerável nas relações econômicas e financeiras entre os entes da sociedade.

Devido ao crescente aumento da demanda econômica, os capitalistas industriais necessitavam expandir seus empreendimentos, para isso, buscaram capital alheio para os seus investimentos. Este capital era proveniente dos fornecedores de insumos, mão-de-obra assalariada, aumento no quadro societário e, principalmente, das instituições financeiras.

A informação contábil tornou-se imprescindível para o sucesso de tal capitalização, pois, ninguém estaria disposto a investir em algo sem um prévio relato da viabilidade do empreendimento.

A partir de tal passagem histórica, as técnicas de informações apresentadas pela contabilidade davam um grande salto no que se refere ao aperfeiçoamento na elaboração e fidedignidade.

Para Ribeiro & Martins (1993, p. 3) “a Contabilidade aprimorou-se ao longo dos séculos, incorporando práticas, princípios, postulados e convenções, para fazer face à evolução da sociedade e suas novas tecnologias”.

Costa (2002, p. 9) diz que “informação contábil é o produto da contabilidade sendo através dela, principalmente, que o contador expressa a sua importância nas organizações” e complementa que ela “deve ser útil e relevante para quem irá utilizá-la como informação para a tomada de decisão”.

Na parte legal temos a Resolução n. 785/95 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

O mesmo documento normativo demonstra quatro atributos indispensáveis à informação contábil:

\* Confiabilidade que é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação;

\* Tempestividade que refere-se ao fato de a informação contábil dever chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins;

\* Compreensibilidade que a informação contábil deve ser exposta na forma mais compreensível ao usuário a que se destine; e

\* Comparabilidade que deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo, numa mesma Entidade ou em diversas Entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas (1995, p. 2).

Complementando esses pensamentos, Ludícibus & Marion (*apud* COSTA, 2002, p. 11) dizem que “a informação contábil, como todo bem econômico, tem um custo e esse custo deve ser sempre comparado como os benefícios esperados da informação”.

Nos dias atuais, além da preocupação com a continuidade das empresas, a informação contábil vem enfrentando novos desafios, tais como: a questão ambiental e as causas sociais. Esses desafios, somados à velocidade cada vez maior das mudanças que estão ocorrendo nesse mundo globalizado requerem uma certa atenção por parte dos profissionais e estudiosos da ciência contábil, sempre levando em conta a relevância e a relação custo-benefício de informar algo.

### **3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E A RELAÇÃO COMO OS USUÁRIOS**

O sistema de informação contábil é tudo que possa ser relevante para o desenvolvimento desta. Não se pode limitar tal entendimento somente em elementos físicos, como computadores, escritórios, formulários padronizados, manuais de rotinas, etc. Deve-se ter em mente, também, os elementos subjetivos (idéias, responsabilidade, moral e ética das pessoas, dentre outras).

Basicamente, o sistema de informação contábil começa com a entrada de dados provenientes de fatos que ocorrem no cotidiano, tais como: a aquisição de matérias primas, a venda de uma mercadoria, o pagamento de um tributo, o pagamento de salário a uma determinada pessoa que empresta a sua força de trabalho para a entidade, etc. Estes fatos provocam mudanças no patrimônio da entidade que simultaneamente são acompanhadas e registradas pela contabilidade. Por fim, após a compilação destes fenômenos, em forma de informação, demonstrados em relatórios destinados aos usuários.

Nota-se, na análise do parágrafo anterior, que nesse sistema há a entrada de dados e a saída de informações. Tais vocábulos, algumas vezes, são tratados como sinônimos. O que não é verdade. Para Matarazzo:

Dados são números ou descrição de objetivos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação ao leitor. Informações representam, para quem as recebe, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão, freqüentemente acompanhada de um efeito-surpresa (1998, p. 18).

Não se deve tratar o sistema de informação contábil de forma isolada, ou seja, sem nenhuma relação com outros sistemas inseridos na sociedade, pois, a contabilidade deve ser vista de forma holística, sistêmica e não de forma isolada sem nenhuma relação como os ambientes que a cercam. Por exemplo, quando se tenta “maquiar” as informações contábeis geradas por uma determinada entidade deve se ter em mente as conseqüências negativas que este ato pode trazer para a sociedade.

Neste contexto encontram-se os usuários da informação contábil, que são vistos com dois focos diferentes, mas relacionados entre si: usuários internos e usuários externos.

No que se refere aos usuários da Contabilidade, Franco relata que:

Nos tempos modernos, com a formação das grandes empresas, a informação contábil passou a ser de interesse de grupos cada vez mais amplos de indivíduos, que incluem não somente acionistas, mas também fornecedores, financiadores, banqueiros, poderes públicos e até empregados que participam do lucro das empresas. De forma indireta, mesmo a sociedade em geral é interessada na informação contábil, pois a vitalidade das empresas é assunto de relevante interesse social(1989, p. 20).

A Resolução n. 774/94 – CFC (1994) dispõe que:

Os usuários internos incluem os administradores de todos os níveis, que usualmente se valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca da Entidade (...). Já os usuários externos concentram suas atenções de forma geral, em aspectos mais genéricos, expressos nas demonstrações contábeis.

Cada usuário da contabilidade tem os seus próprios anseios. Os internos, tais como empresários e funcionários, buscam informações que demonstrem a “saúde” financeira e econômica da empresa com objetivo de avaliar, respectivamente, o seu empreendimento e a estabilidade de emprego. Já os usuários externos buscam informações que atendam a peculiaridade de cada um. Um fornecedor quer saber como está a capacidade financeira da empresa para

quitar as suas dívidas, o governo está preocupado com a fiscalização e controle dos tributos recolhidos e a sociedade está preocupada com as questões sociais.

No Brasil, como em outros países, a informação contábil apresenta um modelo padronizado das demonstrações. Estes padrões atendem a instrumentos normativos, como os princípios fundamentais da contabilidade, a lei das sociedades anônimas, as instruções da Comissão de Valores Monetário (CVM), resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e leis de cunho fiscal e trabalhista.

Infelizmente, a prática contábil brasileira demonstra, na grande maioria dos casos, uma enorme preocupação no atendimento ao Estado no que se refere ao recolhimento e pagamento de tributos.

Muitas vezes as entidades elaboram suas demonstrações contábeis apenas por exigência legal, sendo assim, pobres em termos de informação, apresentando resultados divergentes da realidade da entidade.

Apresenta-se a seguir um exemplo de divergência do resultado na informação transmitida aos usuários:

O Regulamento do Imposto de Renda permite que se aplique, para fins de depreciação, uma taxa máxima anual para determinados ativos das entidades.

Como exemplo, supõe-se a aquisição de um veículo por determinada empresa. A taxa máxima anual de depreciação a ser aplicada nesse caso é de 20 % (vinte por cento). Mas a essência da depreciação é o desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. A prática usual é a de utilizar a taxa máxima anual de modo a reduzir lucro, diminuindo a base de cálculo do Imposto de Renda.

Pode-se notar que em muitos casos tal prática distorce a realidade, pois, pode ocorrer o caso de o veículo estar totalmente depreciado (cinco anos de vida útil se utilizada a taxa máxima anual) e ainda ser utilizado para os fins operacionais da empresa e, ainda, possuir uma vida útil longa.

Este é um pensamento equivocado, pois, uma entidade, independente de ter ou não fins lucrativos, é um organismo muito mais importante do que um simples “arrecadador” de tributos ao Estado. E este é somente um dos usuários da informação contábil.

Segundo Costa (2002, p. 7), “a visão tradicional da contabilidade atendia apenas as necessidades de informação do investidor (...), do governo (...), e dos credores”.

No que tange às demonstrações contábeis tradicionais, para Sousa (2003, p. 22) “são relatórios destinados aos investidores, ao fisco e aos seus próprios dirigentes, sendo estes os que têm as suas necessidades de informação supridas, sendo estes os principais usuários de tais relatórios”.

O referido autor complementa o seu pensamento dizendo que as empresas “além de utilizarem recursos fornecidos por seus sócios, (...) utilizam recursos da comunidade (...). Coerentemente, ela deve prestar contas à comunidade de suas ações e dos resultados delas, sob a ótica social”.

Para suprir tais anseios sociais, surgiu, um instrumento de informação que visa demonstrar o desempenho das operações realizadas por determinada entidade em relação à sociedade, o Balanço Social.

#### **4. INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Com o advento da Revolução Industrial houve uma mudança considerável nas relações sociais da humanidade. Devido a grande influência do pensamento mecanicista, que era dominante naquela época, as grandes corporações passaram a buscar o lucro a qualquer custo. Estas entidades, de um certo ponto de vista, possuíam formas de pensar e agir tendo em vista somente os seus objetivos diretos (lucro maximizado e custos reduzidos) e deixavam de lado as questões sociais e nelas inserida a questão ambiental.

Como exemplo desse descaso, pode-se lembrar dos relatos descritos nos livros de história, onde se percebe, claramente, a exploração da classe proletária, incluindo a utilização de mão-de-obra infantil, a expansão urbana descontrolada, com pessoas vivendo em ambientes subumanos, a poluição do ar, dos rios, etc.

Ao longo do último século, o ser humano contribuiu em demasia com as vultosas transformações geográficas a ponto de por em perigo a continuidade de nossos recursos naturais, prejudicando o chamado desenvolvimento sustentável.

Segundo Brown (apud CAPRA, 1997, p. 24), “uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”.

Para Maimon (apud COSTA, 2002, p. 4), o desenvolvimento sustentável busca “simultaneamente a eficiência econômica, a justiça social e a harmonia ambiental”.

Tendo em vista esses acontecimentos, as entidades passaram a “abrir os olhos” para as questões de caráter social, pois a sociedade começa a cobrar suas operações, seus investimentos para o bem-estar social e também a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Tornou-se imperativo que as entidades atentassem para a questão da responsabilidade social.

Para Chiavenato (apud YOUNG & SANTOS, 2002, p. 6), responsabilidade social é “o grau de obrigações que uma organização assume através de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que procura atingir seus próprios interesses”.

Os mesmos autores dizem que:

Independente da dimensão e do grau de engajamento das organizações com os aspectos sociais, visualiza-se, nos dias de hoje, uma preocupação crescente como a imagem da empresa perante a sociedade, que criam novas exigências quanto ao desempenho e a ética organizacional”. E complementa mostrando que “o exercício desta função social estaria relacionado a uma conduta ética, nascida das pressões pela sociedade, com o objetivo de promover maior qualidade nas informações recebidas minimizando ações irresponsáveis.

Costa (2002, p. 4), “a missão das empresas é produzir mais bens e/ou serviços utilizando menos recursos e gerando menos degradação ambiental, para que continuem a existir no futuro”.

Para atingir tais objetivos sociais, utiliza-se a demonstração que tem como objetivo informar o resultado da relação da entidade com o meio ao qual está inserida, que é Balanço Social.

Para De Luca (apud ARAÚJO, 2003, p. 84), balanço social é “um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade”.

Nunes (apud ARAÚJO, 2003, p. 84), escreveu que o balanço social é “um documento que reúne um conjunto de informações sobre as atividades da

empresa orientadas para melhor gerência dos recursos humanos e naturais e das relações como o seu público externo”.

Essa demonstração possui quatro itens: Balanço Ambiental que visa à questão do desenvolvimento sustentável; Balanço de Recursos humanos que busca traçar um perfil das características e benefícios investidos na força de trabalho empregada pela entidade; Demonstração de Valor Adicionado que demonstra a contribuição da empresa para o crescimento econômico-social da região de influência da entidade; e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral que demonstra os benefícios sociais de forma generalizada.

De fato tal instrumento de informação contábil veio contribuir em muito para a transparência das questões que envolvem a relação da entidade com o meio ao qual está inserida.

Para tornar mais eficaz essa transparência por meio da informação, existe a necessidade de aprimorar o Balanço Social, principalmente em dois pontos: uniformidade e obrigatoriedade.

No Brasil, ainda não se tem uma padronização quanto à uniformidade de elaboração e apresentação do balanço social. O modelo mais utilizado é o sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). A padronização é importante, pois, com a uniformidade das informações apresentadas, os usuários poderão ter uma idéia mais próxima do real e não tirar conclusões distorcidas através de demonstrações elaboradas sem nenhum critério técnico-científico.

Quanto à obrigatoriedade, o que já acontece em alguns países do continente europeu, torna-se importante, principalmente, para se definir responsabilidades e prazos para a publicação, bem como sanar o problema da uniformidade.

As entidades brasileiras, no que se refere à informação contábil, devem romper com o velho paradigma de informar somente o que é exigido por lei, pois, historicamente, nota-se que as exigências normativas são muito limitadas tendo em vista a característica sistêmica de uma sociedade. Há muitas informações que devem ser apresentadas de forma voluntária para resguardar a continuidade das entidades tendo em vista a sua convivência harmônica com o ambiente que as cercam.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O atendimento às questões sociais pelas entidades, por intermédio das informações geradas pela contabilidade, é de uma importância considerável, tendo em vista que a entidade é um organismo que está inserido no contexto social.

Houve um grande avanço no que se refere à qualidade de informação dos atos praticados pelas entidades que influenciam de forma sistêmica a vida dos indivíduos na sociedade.

Como demonstrado, o grande instrumento de informação é o balanço social, que tem como objetivo principal o julgamento da entidade pela sociedade.

Portanto, conclui-se que, apesar da evolução e transparência que vem sendo desenvolvida, torna-se necessária a busca de um novo modelo para a contabilidade. Uma contabilidade que dê mais ênfase no futuro que seja mais dinâmica para que se possa obter o sucesso de conseguir influenciar as nossas lideranças que não basta buscar resultados tendo como filosofia pensamentos mecanicistas e unilaterais. Deve-se atentar para as conseqüências que certas ações podem trazer (boas ou más), pois o mundo de hoje requer uma visão mais holística de forma que a existência da sociedade se torne mais longa e sustentável.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, Francisco José. *Auditando o balanço social*. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n. 140, 83-89, mar./abr. 2003.

CAPRA, Fritjof. Traduzido por Newton Roberval Eicheberg. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução nº 785 de 28 de julho de 1995. Aprova a NBC T 1 – das características da informação contábil*. Disponível em: <http://fundata.org.br/legislação>. acesso em: 31/maio/2004.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 774 de 16 de dezembro de 1994. Aprova ao apêndice à Resolução sobre os princípios fundamentais de contabilidade. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br>. Acesso em: 03/jun./2004.

COSTA, Raquel. *A contribuição da ciência contábil para a preservação do meio ambiente*. Disponível em: <http://www.especiais.valoronline.com.br>. 2002. Acesso em: 31/maio/2004.

FRANCO, Hilário. *Contabilidade geral*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

RIBEIRO, Maisa de Souza; MARTINS, Eliseu. *A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação ambiental*. Cadernos de Estudos n. 9. São Paulo: FIPECAFI, 1993.

SÁ, Antonio Lopes de. *História geral das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUSA, Edmilson Patrocínio. *Demonstração do valor adicionado – evidenciando a distribuição da riqueza gerada pela empresa*. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n. 142, 21-26, jul./ago. 2003.

YOUNG, Carlos Eduardo F.; MÁRCIA, Carvalho dos Santos. *Responsabilidade social: sua percepção na contabilidade nacional e na contabilidade empresarial*. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br>. 2002. Acesso em: 16/maio/2004.